

O meu Portugal

Publicação: [O Mundo em Português Nº60](#)

Data de Publicação: Dezembro de 2005

Autor: Abdallah Saaf

No passado, quando se falava de Portugal, vinham-me sobretudo à memória, como marroquino, sequências históricas, lutas de conquistas muçulmanas e de reconquistas cristãs, califados e dinastias católicas, feitorias, cidadelas, pirataria e expedições, batalhas... E, precisamente, no imaginário marroquino, a famosa batalha dos três reis ocupou durante muito tempo uma centralidade comparável àquela que ocupa na memória portuguesa, se bem que noutros termos...

Outros episódios, de viva conflitualidade ou de aproximações, peripécias de valor desigual, estavam espalhados pelos percursos das minhas representações e das minhas imagens sobre Portugal. Contudo, no essencial, a época colonial relegou, na zona ante-colonial da nossa memória colectiva, esta dimensão importante da nossa identidade, constituída igualmente pelos relacionamentos que tínhamos desenvolvido com esta expressão do Ocidente que Portugal incarnava.

Quando pela primeira vez pus os pés em Lisboa, na Primavera de 1985, nas conversas que tive com amigos intelectuais portugueses, falámos um pouco dessa história longínqua de religião, de nações, de culturas, de civilizações... Mas, pessoalmente, tinha mais em mente a memória dos comunicados triunfalistas das forças em luta contra o colonialismo português em Angola e Moçambique, que os media difundiam no meu país.

Depois, existiam aquelas imagens austeras do salazarismo, em todas as suas facetas: os seus símbolos, os seus homens, os seus aparelhos, as suas cores, a sua arquitectura, o seu estilo de vida, os sofrimentos populares... Não podia esquecer os relatos, os testemunhos e, claro, as análises dos meus camaradas de estudo portugueses, todas as sensibilidades confundidas, aquando dos meus anos de estudo na Paris do pós-1968, a Paris das solidariedades com o Chile, o Terceiro Mundo e todas as boas causas da época. Se bem me lembro, os nossos amigos portugueses eram muito próximos de nós e, entre os nossos apoiantes europeus, eram os mais próximos das nossas causas e o nosso apoio mais seguro...

Em 1985, Portugal parecia ter consolidado as suas orientações democráticas, depois de várias eleições e alternâncias. A sua ancoragem europeia era mais do que uma opção e expressava-se, no terreno, em diversas decisões políticas, económicas e sociais. Não sei por que pensei que este processo de europeização, que se sentia cada vez mais fortemente na sociedade portuguesa no seu conjunto, estava mais presente em cada uma das minhas visitas.

Paradoxalmente, ouvia frequentemente alguns portugueses definir Portugal como um actor internacional, em termos de geopolítica, de estratégia, ou mesmo de destinos históricos, conciliando ao mesmo tempo as múltiplas dimensões do europeísmo político, com um certo atlantismo, diferente daquele que se está habituado a ouvir, reclamado por ingleses ou americanos, ou mesmo esse atlantismo em relação ao qual se posicionavam os anti-atlantistas, ao estilo gaullista ou outro. Imaginava esta dupla referência, não só à Europa, ainda nas suas primeiras gestações, mas também aos grandes espaços atlânticos, como uma forma de condensar todas as referências gloriosas da história, mas também de capitalizar os aquis estratégicos da Guerra Fria, mesmo que ligados à ditadura salazarista.

Mas, quanto mais se afirmava a integração na Europa, quanto mais se desenvolvia a dinâmica europeia, e quanto mais Portugal se tornava um actor central, mais me parecia que a preocupação atlantista, tradicional neste país, era deixada para segundo plano, sem por isso desaparecer.

Hoje em dia, no discurso estratégico português, entrevejo principalmente uma afirmação de fé europeia, com algumas especificidades de ordem cultural, entre elas a referência às novas configurações do atlantismo, cujo conteúdo mudou. E os processos de desconstrução e reconstrução das políticas externas e de defesa europeias, postos à prova por crises sucessivas no pós-Guerra Fria são, a este propósito, edificantes. Mas, em partes do discurso estratégico português actual, entrevemos também outras especificidades, como a percepção da emergência do Brasil como potência ascendente, facto considerado como trunfo nacional.

Nesse sentido, ao longo das últimas décadas que acabam de decorrer, tive a ocasião de ver este país reapropriar-se do seu destino europeu, reinventar a sua Europa, ao enraizar-se cada vez mais profundamente, e não somente através das suas orientações e dos seus passos estratégicos, mas a outros níveis, tais como os da vida social ou cultural: cada observador poderá ter facilmente consciência disto ao constatar o lugar privilegiado que é reservado ao projecto europeu, nos discursos e nos programas dos

homens políticos portugueses, ao medir a importância dos desafios europeus para as suas elites.

A Europa inscreveu-se de diferentes formas, nas maneiras de ser, de viver, de actuar, de comunicar, de se vestir. Creio que Portugal encarna, de ora em diante, de forma surpreendente, este modelo europeu global, o que não apagaria de forma nenhuma as suas especificidades...

Cada vez que venho a Lisboa, estou atento à lição democrática portuguesa. Para mim, não se virou uma página aqui, como se poderia ter virado noutra sítio, passando de um regime para outro, nem brutalmente nem fazendo amadurecer lentamente o caminho, preparando-o, acomodando as condições necessárias ao surgir da democracia. Pode-se, por exemplo, falar de transição democrática num sem número de experiências, nos países da Europa de Leste, por exemplo, onde se passou de um certo tipo de autoritarismo a uma liberalização política pouco ou mais acentuada, ou mesmo a uma democratização.

Em Portugal, as mudanças políticas foram relativamente concentradas no tempo. A democracia instalou-se como que de forma natural, como se as coisas recuperassem o seu andamento habitual... A máquina democrática pôs-se a funcionar como se estivesse inscrita na ordem ordinária das coisas... não que ela estivesse longe de riscos: não é por se sair de um autoritarismo que se está imune contra qualquer possibilidade de retorno a esse tipo de regime. À explosão da ditadura seguiu-se a instalação normal da democracia.

A normalização não se efectuou sozinha e sem dificuldades. Não posso debruçar-me aqui sobre circunstâncias precisas, os factos, os golpes e contra-golpes à volta desta entrada «natural» em democracia. O essencial é a constatação que a sequência «transição», «passagem», «fase intermédia», «entre ditadura e democracia» é demasiado comprimida no tempo. Não existem as lentas e longas reformas políticas que se exigem hoje em dia a alguns países que se encontram envolvidos em diversos projectos operacionais de democratização, desenvolvidos por certas potências internacionais activas no Mediterrâneo e na sua vizinhança imediata.

Visito regularmente Lisboa há duas décadas e, a cada uma das minhas visitas, ao passear ao longo da Avenida da Liberdade, interrogo-me sobre o mistério desta transformação, de um regime degradado para outro melhor, desta conversão de um dado sistema em sistema antinómico, desta alquimia conseguida que enterrou definitivamente uma ditadura típica e deu nascimento a um modelo autêntico de democracia. Os homens e as mulheres de Portugal que caminham à minha volta não

parecem realmente aperceber-se porque as coisas, para eles, tomaram, ou retomaram, o curso habitual. Mas para nós, marroquinos, que nunca acabamos de passar à democracia, uma democracia que não chega e que não parece chegar tão cedo, nós que estamos numa transição indeterminada de democracia... a velha palavra de Gramsci reveste aqui toda a sua importância: «O velho mundo está a morrer, o novo ainda não nasceu, neste claro obscuro perfilam-se monstros...».

Andando no Rossio, na Rua Augusta, que o liga à Praça do Comércio, ao sentar-me na Brasileira de Fernando Pessoa, procuro à minha volta elementos de resposta a questões que, para mim, neste momento, permanecem em aberto: por que se sente mais civilidade e cidadania aqui? Por que é que a sociedade parece mais politizada debaixo destes céus? A modernidade deste país não passará pelo facto de os seus habitantes se considerarem responsáveis pela sua história e se terem libertado das atitudes de submissão? Por que é que o espaço de debate político parece mais importante aqui do que no nosso país? Neste tipo de democracia, será que as pessoas escapam às nossas nevroses para-culturais, aos nossos reflexos saudosistas? Será que vivem todos no seu tempo ou refazem um passado mitológico, como nós temos tendência a fazer? Será que têm um problema de identidade como nós? Quid da sua relação com a religião? ...